

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190103-DO0319>

**DA PRODUTIVIDADE DO CONCEITO DE PRÉ-CONSTRUÍDO  
E SEUS DIFERENTES MODOS DE FUNCIONAMENTO:  
UMA ABORDAGEM TEÓRICO-ANALÍTICA**  
**THE PRODUCTIVITY OF THE PRE-CONSTRUCTED CONCEPT  
AND THE DIFFERENT MODES OF OPERATION:  
A THEORETICAL-ANALYTICAL APPROACH**  
**DE LA PRODUCTIVIDAD DEL CONCEPTO DE PRE-CONSTRUIDO  
Y SUS DIFERENTES MODOS DE FUNCIONAMIENTO:  
UN ENFOQUE TEÓRICO-ANALÍTICO**

**Paula Daniele Pavan\*****Universidade Federal do Pampa****Curso de Relações Públicas****São Borja, RS, Brasil****Alessandro Nobre Galvão\*\*****Universidade Federal do Pará****Curso de Licenciatura em Letras****Abaetetuba, PA, Brasil****RECEBIDO EM: 06/10/18.****APROVADO EM: 10/02/19.**

*Resumo:* Este trabalho propõe, a partir das reflexões de Pêcheux ([1975] 2009), sistematizar uma revisão da categoria do pré-construído. A abordagem repensa a tese de que o pré-construído é uma instância diferente de outro elemento de saber que funciona desde o interdiscurso de forma perpendicular/transversa. A proposta é pensá-lo como única instância de saber a partir de modalidades diferenciadas, que podem ser sintetizadas pelos seguintes verbos em seus desdobramentos: encaixar, atravessar e ressoar. Esse gesto baseia-se em Indursky (2011), que opera distintamente com a categoria do discurso-transverso, permitindo sustentar que só o pré-construído conecta discursos. A fim de assegurar teórica e analiticamente a incursão, o trabalho elege o funcionamento do discurso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A partir de diferentes recortes, são examinadas sequências discursivas que indiciam esse funcionamento do pré-construído a partir das três modalidades citadas.

*Palavras-chave:* Pré-construído. Discurso-transverso. Movimento popular.

---

\* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta da UNIPAMPA, Curso de Relações Públicas – Bacharelado. E-mail: pauladanielepavan@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2891-638X>

\*\* Doutor em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Adjunto 2 da UFPA, Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa. E-mail: nobregalvao@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3394-5583>

**Abstract:** *This work proposes, based on the theoretical considerations of Pêcheux ([1975] 2009), to systematize a kind of revision of the pre-constructed category. The approach rethinks the thesis that the pre-constructed is a different instance of another element of knowledge that works from the interdiscourse in a perpendicular/transverse way. The proposal is think this category as a single instance of knowledge that works through different modalities that can be synthesized by the following verbs in their developments: to fit, to cross and to resonate. This gesture is based on Indursky (2011), who operates distinctly with the category of transverse-discourse, allowing to maintaining that only the pre-constructed connects discourses. In order to assure theoretical and analytically this incursion, this work have chosen the working of the Movement of the Affected by Dams (MAB in Portuguese acronym). From different cuts, discursive sequences that indicate this pre-constructed operation are examined from the three mentioned modalities.*

**Keywords:** *Pre-constructed. Transverse-discourse. Popular movement.*

**Resumen:** *Este trabajo propone, desde las reflexiones de Pêcheux ([1975] 2009), sistematizar una revisión da categoría del pre-construido. El abordaje repiensa la tesis de que el pre-construido es una instancia diferente de otro elemento del saber, que funciona desde el inter-discurso de manera perpendicular/transversa. La propuesta es pensarlo como única instancia de saber desde modalidades diferenciadas, que poden ser sintetizadas por los siguientes verbos en sus desdoblamientos: encajar, atravesar y resonar. Ese gesto se basa en Indursky (2011), que funciona distintamente con la categoría del discurso-transverso, permitiendo sostener que solo el pre-construido conecta discursos. Para asegurar teórica y analíticamente la incursión, el trabajo elige el funcionamiento del discurso del Movimiento de los Afectados por Presas (MAB, en su acrónimo en portugués). Desde diferentes recortes, son examinadas secuencias discursivas que indician ese funcionamiento do pre-construido a partir de las tres modalidades citadas.*

**Palabras clave:** *Pre-construido. Discurso-transverso. Movimiento popular.*

## 1 INTRODUÇÃO

As reflexões que ora empreendemos tomam como ponto de partida este trecho da entrevista concedida por Paul Henry a José Horta Nunes para o jornal da Universidade Estadual de Campinas (2013): “O discurso não funciona de modo isolado, ele está sempre ligado a outros discursos que se convocam, que são convocados por sua letra, sua materialidade [...]. É essa a ideia de pré-construído, não há discurso que funcione sem fazer apelo a outros discursos”.

Nesta entrevista, o epistemólogo confirma a importância que o conceito de pré-construído tem no âmbito dos estudos da Análise do Discurso (AD) articulada por Michel Pêcheux. O discurso, parafraseando Henry, está emaranhado numa grande rede e somente produz efeitos de sentido nesses e a partir desses entrelaçamentos. A questão que nos toca nessa passagem diz respeito a como podemos compreender a instância do pré-construído a partir de seus modos diferenciados de funcionamento, levando-se em conta o que diz Henry: é o elemento que promove o entrelaçamento entre discursos.

Nosso empreendimento em perscrutar esse funcionamento demanda, então, um passeio pela principal obra de Pêcheux – *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio - buscando identificar o gesto de compreensão do autor sobre essa categoria e sua proposta de diferenciá-la de outra instância de saber (as articulações), a partir da identificação de um funcionamento específico, qual seja, o do discurso-transverso. Nossa proposta é sistematizar uma retomada desse gesto de compreensão do autor, tomando como inspiração o trabalho de Indursky (2011) *A memória na cena do discurso*. Nele,

julgamos que a autora opera com o construto do discurso-transverso de forma distinta da de Pêcheux ([1975] 2009), o que nos permitiu a sustentação da tese de que só o pré-construído conecta discursos.

Buscando assegurar este modo de pensar o pré-construído, elegemos, para fins de análise, o funcionamento do discurso de um movimento social de resistência - o discurso do Movimento dos Atingidos por Barragens (doravante MAB). A abordagem teórico-analítica apresentada persegue alguns questionamentos que irão lançar luz sobre os modos de funcionamento do pré-construído, quais sejam: como os sentidos pré-construídos se linearizam no discurso? Em que momentos é possível observar a ocorrência do pré-construído enquanto discurso-transverso? Há diferenças entre a linearização do pré-construído como *encaixe sintático* e como *discurso-transverso*? Que noções precisam ser mobilizadas para que se entenda efetivamente o funcionamento teórico-analítico do pré-construído?

A fim de traçar respostas (provisórias) a esses questionamentos, dividimos o texto em dois gestos. O primeiro, teórico, apresenta um apanhado das noções que entram em funcionamento quando do encaixe/linearização dos sentidos já-lá. Assim, partimos das noções de formação discursiva, posição-sujeito, interdiscurso e memória discursiva até chegarmos aos dois modos de funcionamento do interdiscurso via pré-construído. No segundo, mobilizamos sequências discursivas (doravante SD), recortadas do *site* do MAB e de outras fontes documentais, a fim de observarmos na prática a relevância de nossa proposta.

## 2 PRIMEIRO GESTO: TEORIA DA AD

Abordar o conceito de pré-construído sem passar por outras noções do campo da Análise do Discurso pecheutiana é tarefa impossível. Isso ocorre na medida em que seu funcionamento teórico-analítico mobiliza outros. Começamos, então, pelas noções de formação discursiva (doravante FD) e de posição-sujeito para, após, mobilizarmos os conceitos de interdiscurso e de memória discursiva, para chegar, finalmente, à discussão conceitual central desta abordagem.

Ao cunhar a noção de FD, pensando no modo como os saberes se distribuem, se organizam e se agrupam historicamente em discursos, Foucault ([1969] 2012, p. 47) afirma que se for possível “descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade [...] diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva”. Já Pêcheux, concebe essas regularidades a partir da constituição ideológica de processos discursivos – “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 148). São, pois, essas relações de paráfrase que formam a matriz de sentidos de uma FD e que determinam “*o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc)” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147), retomando a definição clássica de FD na teoria pecheutiana.

No entanto, as relações de paráfrase são apenas iniciais na configuração de uma FD, pois a polissemia é constitutiva de seu funcionamento. Então, embora inicialmente tenha sido tomada em seu fechamento e homogeneidade, a FD é lugar da heterogeneidade, podendo comportar diferentes posições-sujeito – definida como uma “relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD” (COURTINE, [1981] 2009, p. 88) – que vão constituir sua fragmentada forma-sujeito. E é em vista desse caráter heterogêneo e não fechado que há a possibilidade de reorganização e de movimentação de saberes.

E aqui cabe mencionar que os estudos de Authier-Revuz ([1982] 2004) são cruciais para que a AD desenvolva a noção de heterogeneidade discursiva e para o afastamento da ideia de maquinaria discursiva fechada. Isso ao passo que o discurso nunca está isolado e/ou se constitui isoladamente, ao contrário, se funda em constante contato com outros, seja para refutá-los, seja para reafirmá-los ou para a eles se aliar. No entanto, a heterogeneidade do ponto de vista discursivo envolve a consideração das noções de FD, posição-sujeito, memória discursiva e interdiscurso. Esse aparato teórico-metodológico permite que a análise das materialidades significantes não se dê apenas no fio do dizer, fixando-se nas marcas formais. Por conseguinte, no processo de análise, a partir da consideração principalmente da memória discursiva e do interdiscurso, a heterogeneidade está sempre presente mesmo sem as marcas linguísticas.

A consideração do funcionamento do interdiscurso é, então, imprescindível para pensar a FD sob essa ótica da heterogeneidade. Isso na medida em que é pensado como o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 148-149). Esse *todo complexo* é o lugar imaginário onde os saberes se alojam e se distribuem em FDs. O interdiscurso armazena, assim, todos os dizeres, tudo aquilo que já foi e ainda será objeto do dizer, por isso funciona sustentando os sentidos que serão produzidos a partir das FDs e de suas posições-sujeito.

Sobre esse processo de constituição dos sentidos, Courtine ([1981] 2009, p. 99-102) entende que o discurso se constitui a partir do cruzamento entre o nível do enunciado (interdiscurso) e o da formulação (intradiscurso). Ao trabalhar com a articulação entre esses dois níveis, o teórico explica que o domínio de saber próprio a uma determinada FD é delimitado pelo interdiscurso, funcionando como um princípio de *aceitabilidade* e de *exclusão*. Ou seja, ao mesmo tempo que delimita o que pode também demarca o que não pode ser dito, operando tanto no fechamento, quanto na mobilidade das fronteiras de uma FD. No entanto, essas fronteiras são porosas e acabam se deslocando em função das lutas sociais. Assim, o interdiscurso de uma FD é tomado “como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber” desse espaço (COURTINE, [1981] 2009, p. 100).

Junto ao funcionamento do interdiscurso no abastecimento das FDs e suas posições há também o trabalho da memória - pensada como memória histórico-social, como a existência histórica dos enunciados inscritos no interior de práticas reguladas por aparelhos ideológicos (COURTINE ([1981] 2009, p. 105-106). Essa existência histórica característica dos saberes da memória faz com que ela não esteja associada a frases ou textos, isto é, não pode ser relacionada a um *corpus*. Essa ideia é defendida por Achard

([1983] 2007, p. 16) quando afirma que “a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase”. Ou seja, a memória não retorna com dizeres já enunciados tal e qual, mas com efeitos, com vestígios do que já foi dito. É assim, pois, que a memória “vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 52).

Mas não são quaisquer implícitos que são restituídos pela memória, retornam apenas aqueles relacionados à FD e à posição-sujeito daquele que se põe a ler. Isso quer dizer que os efeitos produzidos pela memória não são os mesmos para os sujeitos. Ou melhor: os sujeitos, diante de um mesmo texto a ler, de um mesmo fato, lançam gestos interpretativos diferentes. Enquanto para alguns são mobilizados alguns dizeres, para outros a mobilização é diferente, ocorrem distintos *efeitos de memória*. E isso tem a ver com o campo de saberes em que esses sujeitos são interpelados a enunciar.

Cumprir destacar sobre essa relação entre o interdiscurso e a memória que, embora os conceitos apareçam, por vezes, sem distinção, consideramos aqui que cada um possui especificidades. Isso ocorre na medida em que, enquanto o interdiscurso comporta todos os saberes, caracterizando-se pelo acúmulo, a memória discursiva abarca apenas alguns desses saberes, denotando-se por lacunas. Conforme esclarece Indursky (2011, p. 87) ao entender que a memória “diz respeito não a todos os sentidos, como é o caso do interdiscurso, mas aos sentidos autorizados pela Forma-Sujeito no âmbito de uma formação discursiva”. A memória discursiva, nessa perspectiva, corresponde àqueles discursos que podem originar novos discursos, que se (re)dizem, num processo que se inscreve na história num jogo de ir e vir, de inscrições e de apagamentos.

Por essa perspectiva, a FD passa a não ser um espaço apenas do regular, da paráfrase, mas também do irregular, da polissemia, que invade suas porosas fronteiras por meio do atravessamento de sentidos pré-construídos, sentidos de outros discursos, de outras redes de memória. Como já afirmara Pêcheux ([1975] 2009, p. 197): as “formações discursivas mantêm entre si relações de determinação dissimétricas (pelos ‘efeitos de pré-construído’ e ‘efeitos-transversos’ ou ‘de articulação’ [...]), de modo que elas são o lugar de um *trabalho de reconfiguração* [...]” (grifos do autor).

A fim de concluir o percurso sobre as noções que são convocadas pelo conceito de pré-construído, e antes de passar especificamente para seu funcionamento, cumprir dizer que, ao longo do tempo, há transformações no modo como a noção de FD é pensada no seio da AD, o que incide sobre as demais noções que passam a ser consideradas no funcionamento do discurso, como as de interdiscurso e memória. Ao reformular a noção foucaultiana de FD, articulando-a ao funcionamento da ideologia, Pêcheux tratou-a, inicialmente, de maneira fechada: ao sujeito cabia apenas a identificação plena com a forma-sujeito. No entanto, ao longo de seu desenvolvimento teórico, Pêcheux acaba reconhecendo a ocorrência de um desdobramento entre o sujeito que enuncia e a forma-sujeito da FD que o interpela. Esse desdobramento pode assumir diferentes modalidades de tomada de posição: identificação, contraidentificação e desidentificação (PÊCHEUX [1975] 2009 p. 199-202). Há uma passagem, portanto, da unicidade para o desdobramento, e após, a partir do trabalho de Courtine ([1981] 2009), para a fragmentação, em virtude das diferentes posições-sujeito que a FD pode abrigar, conforme aborda Indursky (2008) ao discorrer sobre a noção de sujeito na AD.

Dessa forma, a presença do *outro* passa a ser tão crucial que Pêcheux ([1983] 2008, p. 54, grifo do autor), em um de seus últimos escritos, entende que a interpretação depende dessa articulação – “é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar.”; e mais adiante afirma que, na prática de análise, “a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo [...] o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência.” (p. 54-55).

Diante disso, convém passarmos à abordagem mais aprofundada desses elementos do interdiscurso e que constituem de modos diversos as formações discursivas.

O construto teórico do pré-construído foi formulado por Henry ([1975] 1990) como uma alternativa mais alargada da noção logicista fregiana de pressuposição. A diferença entre ambas as categorias reside no fato de esta última constituir um conjunto de asserções literais implicitamente codificadas em uma proposição qualquer e acionadas através de gatilhos linguísticos como que para sustentar as informações expressas no todo proposicional. Já o pré-construído aponta para o que é convocado enquanto saberes (discursos) exteriores à formulação do sujeito e que se encaixa nessa formulação, produzindo o efeito de um puro já-dito jamais formulado antes. Mas este saber não é qualquer um: há uma determinação externa ao sujeito que funciona definindo aquilo que vem de outro lugar sem que ele tenha consciência desse processo. Trata-se de uma determinação produtora da ilusão, no sujeito, de que tais saberes foram formulados ali no fio do discurso. Em suma, a pressuposição reflete um saber externo à formulação do sujeito. Ela se constitui como um sentido literal e é da ordem do já-conscientemente-sabido. O pré-construído refere saberes externos à formulação do sujeito e se constitui com sentidos diferentes em função dos diferentes matizes ideológicos e é da ordem do não-sabido/já lá.

Ao reexaminar<sup>1</sup> o funcionamento das orações subordinadas relativas, Pêcheux ([1975] 2009) retoma de Henry esse conceito considerando-o como a solução definitiva para pensar o que, no campo da lógica formal de vezo fregiano, pode ser entendido como uma imperfeição<sup>2</sup> das línguas naturais. A saída pela via discursiva descarta a solução logicista de investigação das condições de verdade de uma proposição e investe no exame dos processos de determinação a que está submetido o sujeito de uma formulação. Nas considerações do filósofo, há “domínios de pensamento” que fornecem/impõem ao sujeito aquilo que deve/pode entrar em sua formulação, o que reforça a tese de que “‘todo conteúdo de pensamento’ existe na linguagem sob a forma do *discursivo*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 89, grifos do autor). É por essa razão que se pode, por exemplo, considerar discursivamente aceitável a sentença “aquele que salvou o mundo na cruz nunca existiu”, pois o que está em jogo na subordinada é justamente a importação não-sabida de um elemento de saber (pré-construído) preexistente (um tipo de asserção possível em outro lugar) ao pensamento do sujeito e que neste se encaixa para ser imediatamente refutado.

<sup>1</sup> Esta questão já havia sido objeto de uma extensa reflexão em Henry ([1975] 1990).

<sup>2</sup> Referimo-nos, especificamente, à tese fregiana de que determinadas construções subordinadas relativas introduzem um objeto de pensamento indutor, no pensamento, da ilusão da existência real do objeto que ele designa.

O conceito operatório de pré-construído é o que permite pensar o mecanismo da inscrição do sujeito em um domínio de saberes. Trata-se do elemento que torna possível a constituição/reprodução do efeito-sujeito, uma vez que a mobilização (não-sabida) de um saber do interdiscurso para o interior da formulação aponta para o processo de inscrição do sujeito em uma FD. É trabalho da ideologia promover essa inscrição, demonstrando que o sujeito não é a causa de si e que o efeito-sujeito se mostra justamente no momento em que o saber mobilizado do interdiscurso para o intradiscurso sofre uma determinação: ele já vem selecionado por um filtro ideológico próprio a uma FD.

Pêcheux ([1975] 2009) explora os modos de conexão do sujeito discursivo com o interdiscurso via FD, a partir da dupla forma, a saber, o pré-construído e a articulação/efeito de sustentação. O primeiro, como já discutido, estabelece a ligação entre o interdiscurso e o sujeito discursivo, implicando um processo de determinação deste último por aquele. Em outras palavras, o pré-construído “dá seu objeto ao pensamento” sob a forma de elementos exteriores e anteriores que são reinscritos no discurso do próprio sujeito através da operação sintática do encaixamento, todo esse processo sendo dissimulado pelo trabalho da ideologia. O segundo constitui o sujeito em sua relação com o sentido, apontando para o modo como elementos de saber, sabidos em outro lugar, produzem o efeito de retorno no discursivo, com vistas à sustentação do que foi formulado no intradiscurso. A forma de sua irrupção é o discurso-transverso que remete ao que “é, classicamente, designado por metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da causa com efeito, do sintoma com o que ele designa, etc” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 153). Dito de outro modo, o discurso-transverso opera o efeito de sustentação do que é dado a ler no discurso do sujeito por meio da evocação lateral de um outro saber que entra de viés, permitindo justamente a interpretabilidade/aceitabilidade desse discurso.

Pelo que compreendemos da proposta pecheutiana, há um claro gesto de separação dessas duas formas de funcionamento do interdiscurso, o que o leva a propor dois construtos teóricos distintos: o pré-construído e as articulações. Por esse modo de ver a questão, diríamos que a saturação do interdiscurso é garantida pela existência desses dois tipos de saberes que trabalham na/pela materialidade discursiva, dominando/determinando o sujeito discursivo e impondo/dissimulando-lhe, de maneiras específicas, “seu assujeitamento sob a aparência da autonomia, isto é, através da estrutura discursiva da forma-sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 151). Há uma passagem nessa obra que alude à distinção entre os mecanismos da dominação e da determinação a que está submetido o sujeito:

Retomaremos, aqui, a distinção dominação/determinação para colocar que a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva *dominante*, e que as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso *determinam a dominação da formação discursiva dominante*. (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 151, grifos do autor)

Este trecho lança luz sobre o *modus operandi* específico dos dois tipos de saberes<sup>3</sup> abrigados no interdiscurso. Compreendemos pela proposta do autor que o pré-construído é o elemento promotor da identificação do sujeito à forma-sujeito de uma FD via posição de sujeito. Dito de outra forma, ele é responsável pelo vínculo de dominação/assujeitamento do sujeito a uma FD, uma vez que “fornece-impõe” a este último “‘a realidade’ e ‘seu sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’). (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 151). Portanto, todo dizer do sujeito aponta para o *sempre já-ai* da interpelação ideológica, desnudando que o sujeito apenas tem a ilusão de ser a causa de si, quando em realidade é produzido a partir de um feixe de determinações cuja causa material se assenta na existência do pré-construído como condição necessária do dizer. Já a articulação/efeito de sustentação funciona como uma espécie de “lembrete” do modo como o assujeitamento deve ser produzido (é por essa via que você deve pensar, dizer, agir), indicando as bases para sua efetiva inscrição em uma dada FD (o “todo mundo sabe que” e o “é claro que” aí se produzem como a evocação lateral de um saber (não)sabido em outro lugar que retorna, pela memória, para agarrar o sujeito na FD via mobilização de um pré-construído). Em outras palavras, este elemento de saber, atuando na forma de discurso-transverso, induz a inscrição do sujeito em uma dada FD, determinando, portanto, a dominação do sujeito por uma ideologia X e não Y.

Buscando elucidar essa distinção, Pêcheux ilustra sua tese com exemplos retirados do discurso científico (da física). O filósofo faz algumas ressalvas sobre o efeito de estabilidade desse discurso, especificando que, no caso de discursos nocionais-ideológicos, é perceptível o funcionamento da determinação do sujeito pela forma-sujeito de uma FD, uma vez que os elementos de saber de FD inscritos no interdiscurso, atuando como discurso-transverso, produzem o efeito de sustentação dos saberes da FD dominante, assegurando, desse modo, a dominação do sujeito pela forma-sujeito. Sobre essa questão Pêcheux ([1975] 2009, p. 154) afirma:

*o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como sujeito falante, com a formação discursiva que o assujeita. (grifos do autor)*

Como podemos ver nessa passagem, o autor salienta as diferenças de funcionamento do pré-construído e daquilo que, antes chamado de articulação, é agora chamado apenas de discurso-transverso. Na perspectiva do filósofo, este último tem estatuto diferente do pré-construído, atuando em função deste, isto é, assegurando a produção do efeito de evidência do pré-construído.

Chegamos ao ponto em que poderemos apontar as questões que, cremos, podem ser redimensionadas teoricamente: uma, que diz respeito a não enxergar duas instâncias diferentes operando desde o interdiscurso, e a outra, que se refere à possibilidade de

<sup>3</sup> Pêcheux esclarece que, no caso específico do discurso-transverso que determina a dominação do sujeito pela forma-sujeito, a questão se relaciona aos processos nocionais-ideológicos e não aos processos conceituais-científicos que perpassam o discurso da ciência.

alargamento do que se concebe como o funcionamento do discurso-transverso, tal como concebido por Pêcheux. O que vamos apresentar aqui não é novo nos estudos discursivos do campo pecheutiano, mas vale a pena sistematizar.

Tomamos como ponto de apoio o trabalho de Indursky (2011) para propormos que o interdiscurso não deve ser tomado como a instância constituída por saberes de tipo diferente, tendo como critério de diferenciação desses saberes as modalidades de funcionamento proposta pelo filósofo (encaixamento *versus* linearização). Conforme a autora, baseando-se em trabalho não publicado de Pêcheux e Fuchs (s.d.), “todo elemento de discurso que é produzido anteriormente, em outro discurso e independentemente, é entendido como pré-construído” (INDURSKY, 2011, p. 69). E, seguindo as afirmações de Indursky (2011, p. 69-70), o pré-construído pode ser mobilizado de modos distintos: ora através de *encaixe sintático*, em que há “uma operação sintática que sinaliza a fronteira entre o que veio de outro lugar, o pré-construído, e o que foi produzido no discurso do sujeito”; ora sob a forma de discurso-transverso, quando “o discurso-outro entra de viés no discurso do sujeito”, ecoando já-ditos vindos de alhures.

Levando isso em conta, entendemos que a saturação do interdiscurso como todo complexo com a dominante se dá pelo abrigo, em seu interior, de elementos pré-construídos, estes por sua vez funcionando/linearizando-se de três maneiras distintas: 1. encaixando-se no intradiscurso como a realidade que promove a interpelação do sujeito; 2. atravessando perpendicularmente o intradiscurso como a realidade que assegura esse efeito de interpelação do sujeito, isto é, sustentando a conexão entre saberes; 3. e, também, ressoando transversalmente no intradiscurso como a realidade que sustenta um certo efeito de sentido, isto é, permite que o *discurso do outro* apresente-se implicitamente colado ao *discurso do um* como que para sustentar seu fundamento ideológico.

Passemos, então, ao exame do discurso do MAB a partir de recortes extraídos de seu *site* e de outras fontes documentais.

### 3 SEGUNDO GESTO: AS FORMAS DE FUNCIONAMENTO DO PRÉ-CONSTRUÍDO NO DISCURSO DO MAB

Com a adoção, em meados dos anos 70, de um novo projeto de desenvolvimento calcado na industrialização do Brasil, os governos militares, particularmente o do General Médici (1969-1974), definiram a hidroeletricidade como uma das principais fontes de energia necessárias à consolidação desse projeto. O governo Médici voltou o olhar para os rios brasileiros, considerando seu potencial gerador de energia elétrica, e o governo Geisel, preocupado com os efeitos da grande crise do petróleo, decidiu tirar do papel a usina hidrelétrica de Itaipu, provocando uma série de impactos socioambientais. Com o fim do chamado milagre econômico e o aumento galopante da dívida externa, eclode uma série de movimentos sociais, políticos e sindicais oriundos do campo e das grandes cidades que lutavam contra a concentração de renda, o arrocho salarial das classes mais baixas, e, o êxodo rural causado por, entre outros aspectos, a desapropriação de terras atingidas pelos projetos de construção de barragens.

O MAB surge no contexto dos anos 80, capitalizando as lutas históricas contra a instalação de usinas hidrelétricas e congregando uma série de outros movimentos sociais ligados ao segmento camponês. A principal bandeira do movimento consiste na defesa de um projeto de desenvolvimento com foco no social, a partir da manutenção do modo de vida tradicional das populações rurais, indígenas e ribeirinhas, apenas agregando melhorias em seu *modus vivendi*. É um projeto de produção energética cuja lógica deve se pautar nas necessidades do indivíduo e não nas necessidades do capital (geração de lucro). Sobre essa questão, vejamos o recorte da Declaração de Curitiba de 1997. Esse documento institucionaliza a luta do movimento e nos chega através de Benincá (2011), que trata do contexto histórico de instituição do MAB. Observemos:

SD1 - Nossas lutas comuns nos convenceram de que *é necessário e possível dar por encerrada a era das barragens destrutivas*. Também é necessário e possível implementar *modos alternativos, equitativos, sustentáveis e efetivos* de abastecimento de energia e de gestão de recursos hídricos. [...] Devemos avançar em direção a *uma sociedade na qual seres humanos e natureza não mais sejam submetidos à lógica do mercado, onde o único valor é o das mercadorias e o único objetivo é o lucro*. Devemos avançar em direção a *uma sociedade que respeite a diversidade, e seja fundada em relações justas e equitativas entre as pessoas, as regiões e as nações*.

Se pudermos designar a FD que organiza os saberes discursivos materializados nesse recorte, chamaríamos, provisoriamente, de FD Socialista cuja matriz de sentidos aponta para um projeto de desenvolvimento social fortemente vinculado ao atendimento das necessidades básicas da população, incluindo-se aí a produção de energia. Leia-se que a produção de energia deve estar alinhada ao preceito da distribuição equânime e solidária e sua geração não pode estar calcada em uma única fonte, causando prejuízos à população. Estamos nos referindo à matriz hidrelétrica que causa a expropriação de populações dependentes direta e indiretamente dos rios. Do mesmo modo, se pudermos designar a FD que se coloca em relação de antagonismo com a FD supracitada, chamaríamos de FD Desenvolvimentista, considerando como sua matriz de sentidos a implementação de um projeto de desenvolvimento industrial, fortemente focado na geração de excedentes<sup>4</sup>. A necessidade de produção energética se justifica por ser ela o

<sup>4</sup> Em longa reportagem sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, publicada na revista *Amazônia Emergente*, edição VI de abril de 2011, há uma passagem que reproduz a fala do engenheiro da CNEC-SA, empresa responsável pela elaboração do projeto de infraestrutura da usina: “É importante colocar onde nós estamos. Estamos agora fazendo o detalhamento de projeto. Estamos fazendo o chamado projeto básico de engenharia com algumas modificações que estão sendo colocadas. *Essas modificações vão aprimorar o projeto, diminuir o impacto ambiental e provavelmente torná-lo ainda mais viável sob o ponto de vista econômico, técnico e ambiental*”. Sem desconsiderarmos o fato de este dizer ter sido alvo de toda sorte de modificações por parte dos editores da revista, tomamos a parte grifada como uma sequência discursiva de referência (COURTINE [1981] 2009), cujo destaque representa um saber próprio à FD Desenvolvimentista, qual seja: o compromisso com o capital e o apagamento do social. Notamos que, ao se inscrever nesta FD, o sujeito assume que a preocupação com aprimorar o projeto da usina foca na viabilidade econômica, técnica e ambiental, porque são apenas essas as variáveis que podem causar gastos e precisam ser trabalhadas. A questão do dano social aí é interdita em função da necessidade do lucro. Este recorte é representativo dos processos discursivos parafrásticos que tomam corpo na FD Desenvolvimentista,

principal pilar do crescimento econômico, como a mercadoria geradora de lucro para o investidor da barragem, como fator estratégico para o fortalecimento da indústria eletrointensiva e de bens de consumo. Leia-se que não há qualquer preocupação com a distribuição justa da energia, pois, como já asseveramos, o foco recai sobre o lucro. Daí que não há investimentos em matrizes alternativas de produção de energia por isso significar, nesta FD, custo excessivo.

Sobre essa configuração dos campos de saber, colocados em jogo ao longo das análises que empreendemos, salientamos que, conforme afirma Pêcheux ([1981] 2009, p. 24) ao prefaciar a obra de Courtine ([1981] 2009), “uma formação discursiva é constitutivamente perseguida por seu outro: a contradição motriz não resulta do choque de ‘*corpora* contrastados’, cada um veiculando a homogeneidade dos antagonistas, mas desse efeito de sobredeterminação pelo qual a alteridade o afeta”. Levando isso em conta é que buscamos compreender como no encaixe da FD Socialista estão, sob a forma de pré-construído em seus diferentes funcionamentos, saberes que *podem*<sup>5</sup> ser localizados no que nomeamos como FD Desenvolvimentista.

SD2 – Ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras está colocado o desafio de construir e lutar por um projeto dos e para os trabalhadores e trabalhadoras, a partir de processos que possam avançar para transformações profundas. As taxas de lucro extraordinárias têm enriquecido cada vez mais os acionistas e especuladores internacionais. Estes têm sido priorizados, enquanto os trabalhadores, os atingidos e a população em geral tem sido penalizada e super explorada com uma das tarifas mais caras do mundo.

Este recorte extraído da seção “energia para quem e para quem?” (MAB, 2011a) estabelece os fundamentos da luta contra o modelo capitalista de desenvolvimento sociambientalmente destrutivo que visa tão somente ao enriquecimento de acionistas e especuladores internacionais em detrimento dos anseios do povo. O exame da sentença em itálico nos dá indícios de que o sujeito dessa formulação inscreve-se na FD Socialista quando aponta para a necessidade de o povo unir-se e lutar por um projeto com foco no social. Veja-se que os sintagmas preposicionais “do e para os trabalhadores” estabelecem o encaixe de um saber próprio a esta FD, qual seja, o de que os trabalhadores(as) detêm conhecimentos necessários à proposição de um modelo de desenvolvimento que respeita o modo de vida de cada segmento atingido por barragens, bem como respeita os limites dos diferentes ecossistemas. Trata-se, diríamos, de um modelo de desenvolvimento autossustentável que não agride o meio ambiente e viabiliza os modos de existência dos indivíduos. Este modelo, portanto, apresenta-se como uma proposta formulada pelos trabalhadores (dos trabalhadores/as) e deve-se propor para os trabalhadores/as, rejeitando-se, desse modo, toda proposta que acene para outra direção.

---

processos esses que interdita o social como prioridade a ser incluída nos gastos com a construção de barragens/instalação de hidrelétricas.

<sup>5</sup> Não temos como objetivo explicitar as redes de saberes localizadas na FD Desenvolvimentista, apenas buscamos observar como os saberes que nela podem/devem/convém serem ditos adentram de formas diferentes a FD Socialista. Levando em conta o fato de que o discurso-outro se materializa linguisticamente a partir de uma reinterpretação feita pelo sujeito do discurso.

Consideramos, pois, que o encaixe do pré-construído indicia a interpelação ideológica do sujeito, evidenciando ser da ordem do impensável a produção de energia para a geração de lucro dos extratos capitalistas da sociedade. Mesmo sendo isto da ordem do impossível nesta FD Socialista, um saber outro disponível no interdiscurso e compartimentalizado pela FD Desenvolvimentista não deixa de se fazer presente/ausente nesta formulação. Vejamos essa questão mais precisamente.

Como já discutido anteriormente, o pré-construído, em sua forma encaixada, é o mecanismo que estabelece o vínculo de dominação/assujeitamento a uma dada FD e, de fato, é isto que percebemos pelo exame dos sintagmas preposicionais em tela. Mas podemos também considerar que esse vínculo é trabalhado por algo que está ausente mas que aí ressoa transversalmente. Trata-se do pré-construído do projeto de desenvolvimento pautado nas necessidades básicas do capital, que é a geração de lucro em que a produção de energia deve estar comprometida com esse propósito. Se nos permitirmos uma paráfrase do segmento em itálico acima examinado, teríamos “um projeto dos e para acionistas e especuladores internacionais”. Pensamos que este pré-construído, mesmo sendo censurado na memória que organiza os saberes da FD Socialista, ressoa desde o interdiscurso como complexo com a dominante, em que se encontra a FD que com aquela estabelece uma relação de embate.

Este processo é constitutivo de todo discurso, considerando-se o que já foi dito por Henry a respeito do fato de que o pré-construído garante a conexão entre discursos no interdiscurso. O ressoar transversalmente assegura a dominação, isto é, determina a dominação porque sua presença/ausente atua no inconsciente como um “lembrete” do perigo de um projeto que viola o direito essencial do ser humano à vida e reforça a crença na luta por um projeto comprometido com a vida. Trabalha-se, portanto, um imaginário segundo o qual o capitalismo representa tão somente a morte das populações atingidas por barragens. Não por acaso, as palavras de ordem que serão examinadas a seguir apontam para o funcionamento desse imaginário. Vejamos a SD3 (MAB, 2011b):

### SD3 - INDENIZAÇÃO JUSTA.

Através da afirmação enunciada em letras garrafais no *site* do Movimento, produzindo o efeito de um primeiro grito de resistência no início da década de 80, é possível observar que há o ressoar transversal de um saber que leva ao efeito de sentido de que havia a ocorrência de *injustiças* no processo de indenização àqueles que tiveram suas terras atingidas pela água em decorrência da construção das barragens. Ou seja, ao afirmar que era preciso a ocorrência da *Justiça* nas indenizações, o Movimento faz com que ressoe um certo efeito de sentido e que se tenha de modo implícito o funcionamento do discurso-outro ao qual ele se contrapõe, qual seja: o discurso que sustenta a supremacia capitalista e a “injustiça”, expulsando famílias de suas terras.

Nesse enunciado há, portanto, saberes que antecedem e sustentam o que nele se diz e esses elementos – que advêm do interdiscurso via memória discursiva, FD e tomada de posição do sujeito – materializam de forma mais nítida o terceiro modo de funcionamento do pré-construído, pois o discurso ao qual o MAB se contrapõe não se lineariza via encaixe no dizer do Movimento, nem necessariamente nele se atravessa de forma

perpendicular, mas ali ressoa, fazendo “eco de algo” que foi não dito, mas feito pelo outro, retomando Indursky (2011, p. 70). Gesto que permite a sustentação da luta dos atingidos, que acabava de ter seu efeito de início.

E é por essa luta pela terra que surge outra palavra de ordem (MAB, 2011b):

SD4 - TERRA POR TERRA.

A repetição do significante *terra* na SD4 permite notar que quando repetida na voz do Movimento a palavra adquire o sentido de *justiça*. Ou seja, de uma indenização que leve em conta a equidade entre os barrageiros e as populações atingidas, que haja, portanto, a indenização com uma porção de terra que seja equivalente àquela que foi expropriada. Além disso, *terra* na FD Socialista possui o sentido não apenas de subsistência, mas também de existência dos sujeitos, adquirindo um valor imaterial.

Isso ocorre na medida em que, para a AD, a repetição adquire um caráter discursivo, pois “pode levar a um deslizamento, a uma ressignificação, a uma quebra no regime de regularização dos sentidos”, conforme pontua Indursky (2011, p. 71). Então, parafraseando a SD, temos: *se somos expropriados de nossa terra, que nos deem uma terra*. Quer dizer, na FD em que o discurso do MAB se inscreve a justiça não tem um caráter tão somente monetário, mas também social e cultural. Além disso, é também possível conjecturar que o significante *terra*, quando enunciado no discurso do MAB, faz ressoar de modo transversal um determinado efeito de sentido para justiça, qual seja: o de que a justiça só se realiza quando há o reconhecimento das demandas sociais e não apenas materiais dos atingidos.

Dessa forma, cada um dos significantes ressoa sentidos pré-construídos que se opõem – já-ditos sobre a *terra* alojados no interdiscurso – e que retornam de modo transversal: por um lado, a *terra* inundada pela construção das barragens, terra tomada para a produção de energia, água e terra significadas pelo capital (FD Desenvolvimentista); por outro, a terra de direito, a terra para o sustento, a terra para a sobrevivência (FD Socialista).

Se nessas duas SDs é possível observar a *fundação do discurso*<sup>6</sup> do MAB e o modo como o discurso-outro ali ressoa, nas próximas SDs é possível notar o modo como esse discurso adquire um viés de resistência, fazendo com que o discurso do outro se encaixe via negação. Observemos inicialmente a SD5 (MAB, 2011c):

SD5 - TERRA SIM, BARRAGEM NÃO!

A oposição, que ressoa nas SDs anteriores, fica aqui explícita pela relação entre a afirmação do discurso do MAB e a negação do discurso das usinas hidrelétricas. De

<sup>6</sup> Segundo Orlandi (2001), o discurso fundador só pode ser pensado com relação à historicidade, na medida em que com ela estabelece um conflito. Ele irrompe na contingência abalando a estrutura da repetibilidade própria à memória do dizer. Com este abalo sísmico, a memória abriga uma nova filiação de sentidos que passa a determinar os dizeres daqui em diante.

início, na SD, há uma relação de oposição marcada pelo significantes *sim/não*, que demarca o que pode/deve/convém e/ou não ser dito no campo de saberes em que o MAB inscreve o seu dizer. Assim, se na SD anterior a luta era pela terra, agora, em outras condições de produção, a luta é contra a construção das barragens, fazendo com que o Movimento vá de encontro ao modelo energético brasileiro, baseado na exploração dos recursos naturais com a finalidade do lucro monetário à revelia até mesmo dos Direitos Humanos. Conforme conclui o Relatório feito pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana através da instauração da Comissão Especial de Atingidos por Barragens no ano de 2010:

Os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos, cujas conseqüências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual. (BRASIL, 2010, p. 13)

Dessa forma, cabe enfatizar que não basta simplesmente opor terra *versus* barragem para compreendermos os efeitos de sentido desse enunciado, pois, retomando o que traz Pêcheux ([1983] 2008, p. 28) em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, quando se trata do viés linguístico-discursivo a língua deixa de ser alvo da lógica, em que os enunciados são “susceptíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc)”, mas se tornam inevitavelmente equívocos. Isso tem a ver com a matriz ideológica do que se diz, que retorna via o encaixe negativo do pré-construído.

A negação é, portanto, especificamente contra as barragens significadas no discurso desenvolvimentista, isto é, o que é negado é a carga de sentidos que esse significante abriga, sentidos que não estão ali explícitos, mas que, pela inserção do discurso-outro via negação, acabam sendo evocados, pois fazem parte de “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, [1983] 2008, p. 43). Efeitos esses que se mostram também nos enunciados divididos a seguir (MAB, 2011d):

SD6 - ÁGUAS PARA A VIDA, NÃO PARA A MORTE!

SD7 - Água e energia não são mercadorias! Água e energia são para a soberania!

Nessas SDs, em que a oposição entre os discursos socialista e desenvolvimentista se lineariza de forma mais explícita, podemos mobilizar o conceito de enunciado dividido proposto por Courtine ([1981] 2009).

Ao analisar o discurso comunista endereçado aos cristãos, Courtine observa que, em uma mesma materialidade linguística podem coexistir enunciados pertencentes a FDs antagônicas. Isso ao passo em que localiza, indiretamente, no seio do que denomina FD-Comunista saberes provenientes da FD-Católica. Processo que pode ser observado, a título de exemplo, em uma formulação sobre a origem da violência: “*NÃO É dos comunistas (tampouco dos trabalhadores, proletários, do povo...) QUE vem a violência. É do capital (mas também da grande burguesia, dos monopólios, da aristocracia, do dinheiro) QUE ela vem*” (p. 183, grifos do autor), originando a seguinte estrutura: NÃO

É X QUE P. Essa formulação enunciada na FD-Comunista, conforme Courtine ([1981] 2009, p. 184), mantém uma relação interdiscursiva com outra proveniente da FD-Católica, qual seja: “*A violência vem dos comunistas*”. Assim, se na FD-Católica é plausível afirmar que “*A violência vem dos comunistas*”; na FD-Comunista só é aceitável dizer que “*A violência vem do grande capital*”, originando uma estrutura em que, na FD-Católica, P (*violência*) vem de X (comunistas), enquanto que, na FD-Comunista, P vem de Y (grande capital). Desde essa perspectiva, saberes de domínios incompatíveis podem aparecer juntos no fio do dizer, sendo que uma das características deste tipo de enunciado é a não possibilidade de substituição dos elementos do texto, isto é, “a não comutabilidade dos elementos em posição X e Y” (COURTINE, [1981] 2009, p. 191).

Ao relacionarmos o estudo de Courtine com o funcionamento dos enunciados que mobilizamos, podemos observar que são dois os significantes que entram em uma disputa de sentidos, quais sejam: água(s) e energia. Vejamos, primeiro, o esquema da SD6:

Águas (P) Vida (X) - FD Socialista  
Morte (Y) - FD Desenvolvimentista

Na SD6 é possível notar que o discurso já-lá, proveniente da FD Desenvolvimentista, é encaixado via negação no discurso do MAB, gerando o seguinte confronto: “*Água para X, não para Y*”. Vale ressaltar, então, que, diferentemente da análise que faz Courtine ([1981] 2009) no enunciado dividido que trouxemos como exemplo, nas SDs 6 e 7 o discurso-outro proveniente da FD Desenvolvimentista é encaixado a partir da interpretação<sup>7</sup> que o MAB faz dos saberes lá abrigados, que significam a água como geradora de energia. Em outras palavras: a relação da *água* com a *morte* é uma leitura que o MAB faz do modo como a água é pensada no âmbito do discurso desenvolvimentista, levando-se em conta o fato de que a água usada para geração de energia provoca uma série de impactos sociais e ambientais sentidos na pele pelas populações. A morte está relacionada, portanto, aos efeitos sociais que a barragem provoca: expropriação, interrupção de um *modus vivendi*, dissolução de laços de sociabilidade. Dessa forma, a negação insere uma desqualificação do discurso do outro e redireciona para os sentidos defendidos no discurso do Movimento, aqueles que podem/devem/convém ser ditos.

Eis, então, um embate pela significação do significante “Água”, revelando que em cada campo de saber são produzidos sentidos antagônicos para esse bem natural. A relação entre afirmação e negação materializa o modo como o pré-construído se encaixa via “uma operação sintática que sinaliza a fronteira entre o que veio de outro lugar [...] e o que foi produzido pelo sujeito do discurso” (INDURSKY, 2011, p. 69), isso ao passo que a negação é uma espécie de cicatriz no fio do discurso, vestígio de que aquele dizer que é negado vem de alhures.

<sup>7</sup> Conforme afirma Cazarin (2002, p. 26-27), o discurso-outro ao linearizar-se no fio do discurso pode ser parafraseado. Assim sendo, “o sujeito do discurso tanto pode relatar parcialmente o discurso do outro como dar ao mesmo outra versão, isto é, a sua versão”, ocorrendo “uma interpretação própria do sujeito do discurso que faz ‘a sua leitura’ do discurso-outro”.

Além disso, vale atentar para a relação entre os significantes vida *versus* morte e para os sentidos que ressoam através deles. E aí alguns questionamentos podem feitos: *Vida* de quem? De quê? Por quê? *Morte* de quem? De quê? Por quê? Algumas respostas para essas perguntas podem ser encontradas em passagens do documentário “Tocantins: Rio Afogado” (2005) trazidas por Longhi e Clemente (2017, p. 111). Conforme as autoras, os depoimentos que ali estão “não costumam encontrar espaço na mídia tradicional” e revelam, conforme nosso entendimento, a relação da água com *morte* e com a *vida*, inclusive do próprio rio. Um dos depoimentos, o da ribeirinha Maria Barros, diz o seguinte:

A saudade, as lembranças, isso não vai apagar nunca no meu coração, só em pensar até choro. Convivi demais com o rio. Não tô mais convivendo porque não tenho mais muita coragem de ir lá em baixo, mas daqui tô matando minha saudade de olhar pra ele toda hora, vai acabar tudo né? Vai acabar o nome de rio Tocantins, rio afogado e morto também porque ele não significar mais nada (sic). (TOCANTINS, 2005 *apud* LONGHI; CLEMENTE, 2017, p. 113)

A *vida*, então, é a do próprio rio, que dá *vida* aos moradores do seu entorno, que se significam/constituem enquanto sujeitos através dele. Por essa perspectiva, a água no discurso dos sujeitos atingidos por barragens transcende a ótica de ser apenas um (re)curso a ser modificado, usado, explorado, comercializado etc., a água está inextricavelmente ligada à vida das pessoas, ao seu cotidiano e à sua constituição como sujeitos daquele lugar, daquelas práticas, daquele modo de vida. Funcionamento que também se marca no enunciado dividido da SD7. Observemos o esquema:

$$\text{Água e Energia (P)} \quad \frac{\text{Mercadoria (Y) - FD Desenvolvimentista}}{\text{Soberania (X) - FD Socialista}}$$

A SD7 materializa o seguinte embate: “*Água e Energia não são para Y, são para X*”. Diferentemente da SD anterior, nesta o sentido pré-construído negado se encaixa antes do sentido com o qual os sujeitos do discurso se identificam. Compreendemos, então, que não basta negar o sentido-outro, que adentra as fronteiras da FD Socialista para ser refutado, é preciso negá-lo antes mesmo de afirmar os sentidos com os quais os sujeitos do MAB se identificam. Esse confronto entre Mercadoria *versus* Soberania na significação de *Água e Energia* permite observar que o que está em jogo é uma posição de luta e resistência contra o lucro monetário produzido pela exploração da água para a geração de energia, fazendo com esses recursos deixem de ser apenas formas de subsistência/sobrevivência e passem a ser fonte de riqueza material de empresas privadas às custas das populações rurais, indígenas e ribeirinhas.

É dessa forma que, conforme trazem Longhi e Clemente (2017, p. 114-124), o MAB estende “bandeiras pelos direitos dos atingidos por barragens, por um modelo energético popular que leve em conta as necessidades do povo” e posiciona-se “acusando e cobrando a esfera do Mercado e pressionando o Estado para a retomada da ordem e a garantia dos direitos que foram prejudicados em prol do discurso do desenvolvimento do país”. Ao ir contra o caráter mercadológico que a água e a energia adquirem no discurso das usinas hidrelétricas, através da mobilização do principal pré-construído que organiza a

discursividade da FD Desenvolvimentista, o MAB mobiliza os saberes presentes na Carta Magna brasileira em que a soberania é tomada como um dos princípios fundamentais, conforme segue: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania;” (BRASIL, 1988). *Soberania* que é entendida, de acordo com Alves (2010), como soberania popular, oriunda de cada um dos cidadãos, que a concedem ao poder representante, ao governo.

E é através da reivindicação em prol da *soberania*, em detrimento do *caráter mercadológico* atribuído atualmente à água e à energia no Brasil, que o MAB também coloca em cena a divisão econômica e social que se encerra na construção das barragens para a instalação das usinas hidrelétricas. Isso na medida em que, através da concepção mercadológica que sustenta a exploração da água para a geração de energia, esses bens (água e energia) acabam privilegiando apenas *alguns* sujeitos, aqueles que possuem poder econômico e/ou aqueles que possuem poder de decisão. Isso fica bem nítido quando, por exemplo, na região onde se localiza a segunda maior usina hidrelétrica do mundo, a Itaipu, havia/há pessoas sem acesso à luz elétrica, evidenciando “que empreendimentos desse porte não asseguram o desenvolvimento para todos” (AGOSTINI; BERGOLD, 2013, p. 175). É, pois, na direção do benefício de *todos* e não apenas de *alguns* que o discurso do MAB mobiliza saberes pré-construídos provenientes da Constituição Federal para afirmá-los no âmbito da FD Socialista, colocando-os em uma relação de confronto com os saberes já-lá da FD Desenvolvimentista.

#### 4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O discurso não é um “aerólito miraculoso”, já dizia Pêcheux ([1983] 2008). Isso porque o discurso nunca está isolado, ao contrário, está tramado em outros. A sua emergência enquanto tal depende dessa trama de saberes que lhe antecede/sucedee. Ao entender o discurso a partir dessa ótica é que o conceito de pré-construído ganha relevância no âmbito da AD, e o nosso intento neste texto foi justamente o de persegui-la para compreendê-la em seus modos de funcionamento teórico-analíticos.

Dessa forma, mobilizamos algumas noções que se ligam de forma direta ao conceito de pré-construído e, após, passamos a uma releitura do que se apresenta sobre ele em *Semântica e Discurso*, o que nos levou a propor três modos de funcionamento do pré-construído, que podem ser sintetizados pelos seguintes verbos em seus desdobramentos: *encaixar, atravessar e ressoar*.

Esses modos de funcionamento foram observados na análise de SDs representativas do discurso do MAB. Por meio delas, pudemos verificar na prática essas formas de emergência de saberes já-lá. Enquanto na SD1 linearizaram-se os principais sentidos pré-construídos que organizam a discursividade das FDs Socialista e Desenvolvimentista e, por conseguinte, sua relação de oposição – assegurando tanto a interpelação dos sujeitos, quanto a conexão entre os saberes opostos –, na SD2 foi possível observar mais nitidamente o modo como um saber vem pelo nível vertical e interdiscursivo e se encaixa horizontalmente no dizer dos sujeitos do MAB, colocando esse dizer em relação de

choque com os saberes do discurso que prega o desenvolvimento econômico a qualquer preço. Já um outro funcionamento pôde ser visto nas SDs 3 e 4, pois diferentemente das anteriores, o discurso do outro, proveniente da FD Desenvolvimentista, ressoa metonimicamente como uma lembrança, sustentando o que se diz e pelo que se luta. E ainda de outro modo funcionam as SDs 5, 6 e 7, pois nelas os sentidos pré-construídos se encaixam via negação, que atua tanto na recusa da carga de sentidos que determinados significantes podem adquirir, quanto aparece numa disputa pelos sentidos via enunciados divididos. Encaixe de sentidos já-lá que ocorre, vale dizer, a partir da posição ideológica ocupada pelos sujeitos, levando à exposição do modo como interpretam o discurso ao qual resistem.

Essa análise nos permitiu constatar e defender teórica e analiticamente a tese que nos guiou na escrita deste texto, qual seja: são os sentidos pré-construídos que atuam na conexão dos discursos. Esses sentidos já-lá estão abrigados no interdiscurso e emergem via memória discursiva, FD e posição de sujeito, de maneiras distintas, que não são estanques umas em relação às outras, mas que são perceptíveis no fio do discurso por meio de marcas linguístico-discursivas diferentes.

## REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. [1983] Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et alii. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2007.
- AGOSTINI, A. M.; BERGOLD, R. C. . Vidas secas: energia hidrelétrica e violação dos direitos humanos no Estado do Paraná. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 10, p. 167-192, 2013. Disponível em: [http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/energia\\_hidreletrica\\_e\\_a\\_violacao\\_dos\\_direitos\\_humanos\\_no\\_estado\\_do\\_parana.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/energia_hidreletrica_e_a_violacao_dos_direitos_humanos_no_estado_do_parana.pdf)>. Acesso em 28 ago. 2018.
- ALVES, F. D. O conceito de soberania: do estado moderno até a atualidade. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. XIII, n. 83, dez 2010. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8786](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8786)>. Acesso em 30 ago. 2018.
- AMAZÔNIA EMERGENTE, Altamira, v. 6, p. 28, abril 2011.
- AUTHIER-REVUZ, J. [1982] Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: \_\_\_\_\_. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.
- BENINCÁ, D. *Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. *Constituição Federal*. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 30 ago. 2018.
- BRASIL Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. *Relatório final*. 2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- CAZARIN, E. A. Da polifonia de Ducrot à heterogeneidade na análise do discurso. *Formas e Linguagens*, Ijuí, v. 2, p. 15-38, 2002.
- COURTINE, J. J. [1981] *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2009.
- FOUCAULT, M. [1969] *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- HENRY, P. [1975] Construções relativas e articulações discursivas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 43-64, jul./dez. 1990.
- HENRY, P. ‘O discurso não funciona de modo isolado’. *Jornal da Unicamp*, Ano 2013, n. 587. Entrevista concedida a José Horta Nunes. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/587/o-discurso-nao-funciona-de-modo-isolado>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- PAVAN, Paula Daniele; GALVÃO, Alessandro Nobre. Da produtividade do conceito de pré-construído e seus diferentes modos de funcionamento: uma abordagem teórico-analítica. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 173-191, jan./abr. 2019.

- INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 09-33.
- INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F. et al. *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.
- LONGHI, C. R.; CLEMENTE, L. R. G.. Vozes dos atingidos pela usina hidrelétrica estreito: formações discursivas na comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens. *Comunicação & Sociedade*, v. 39, n. 2, p. 103-127, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n2p103-127>>. Acesso em: 27 ago. 2018.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). *Energia para quem e para quem?*. 2011a. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/energia-para-qu-e-para-quem>> Acesso em: 29 ago. 2018
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). *A criação das comissões regionais de atingidos*. 2011b. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). *Os encontros nacionais e a criação do movimento nacional*. 2011c. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional>>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). *A onda de privatizações e a organização internacional dos atingidos*. 2011d. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/4-onda-privatiza-es-e-organiza-internacional-dos-atingidos>>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. [1983] Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, M. [1983] *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- PÊCHEUX, M. [1975] *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: EDUNICAMP, 2009.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.